

## ANFIP reúne mais de 1400 associados em Live Comemorativa de Fim de Ano

Em celebração ao Natal e à chegada de 2021, a ANFIP promoveu, na quinta-feira (17/12), mais um evento virtual de sucesso, proporcionando uma tarde cultural riquíssima a todos os associados ativos, aposentados e pensionistas, com direito a homenagens, depoimentos, música e muito mais!

Ainda durante a Live, que teve aproximadamente 1.400 visualizações, foram realizados sorteios de prêmios aos inscritos, foram registradas 1220 inscrições, incluindo uma Smart TV LED Full HD Sony de 50", um notebook Lenovo Ideapad S145, dois smartphones Samsung Galaxy A71, 5 vale-compras de R\$ 1 mil e 10 vale-compras de R\$ 500 para serem utilizados na rede das Lojas Americanas, Submarino e/ou Shoptime.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, aproveitou a oportunidade para comemorar seu aniversário junto a associados e colegas internautas, simbolizando um momento mais que especial em sua vida pessoal e profissional. "Este é um momento ímpar para mim e para a ANFIP, pois foi um ano de muito crescimento e aprendizado. Apesar da pandemia e do isolamento social, nós conseguimos estar unidos, por meio desta live, com saúde e em segurança".

Em sua exposição, fez questão de transmitir seus sinceros sentimentos às famílias que perderam entes queridos ao longo de 2020; e agradecer a todos que direta e indiretamente contribuíram para que a ANFIP continuasse capaz de levar aos associados e aos cidadãos brasileiros



“uma possibilidade de dias melhores”.

“Não consigo imaginar um mundo sem família, um mundo sem amigos. Formamos todos uma grande família, a família ANFIP. O que tenho a dizer é: gratidão a todos por terem nos proporcionado a amizade de vocês. Quero desejar a todos os amigos e irmãos desta família anfpiana um Feliz Natal, cheio de glória e de luz, e um Ano Novo cheio de vida, de saúde e de paz. Ainda que virtual, desejo um grande, forte e fraternal abraço a todos”, concluiu o presidente.

Aos associados que não conseguiram participar do evento ao vivo, a transmissão pode ser acessada a qualquer momento pelo link: <https://bit.ly/LiveANFIP>.

### Lista de sorteados:

#### 10 vale-compras de R\$ 500

768 - Maria Clelia Pinto da Cunha  
196 - Luiz Claudio Batelocchi

1200 - Dorival Ario Kudo

455 - Lourival de Melo Lobo

404 - Almira Alves Okazaki

69 - Eliana Maria da Nobrega

596 - Mauricea Lins Lyra

922 - Gessi Rodrigues de Almeida

852 - Janira dos Santos Gomes

240 - Odessa Maria Novaes da Silva Feitosa

#### 5 vale-compras de R\$ 1000

337 - João Diaz Parra

384 - Floriano José Martins

442 - Theodorico da Silveira Gomes

779 - Rachel Pereira de Almeida

1169 - Francisca Donizete de Oliveira Costa

#### 2 smartphones Samsung Galaxy A71

227 - Luiz da Silva Nogueira

1093 - Maria do Socorro Bastos de Castro

#### Smart TV LED Full HD Sony de 50"

327 - Magalita Guasti Miguel Pereira

#### Notebook Lenovo Ideapad S145

832 - Helena Cristianina Pinto Mester França

**GIFA: ANFIP solicita celeridade na digitalização de embargos**  
**Página 2**

**Carreias de Estado apresentam sugestões à lei de improbidade**  
**Página 4**

**ANFIP Solidária: Faça sua doação e deduza do IRPF 2021**  
**Página 6**

## GIFA: Aguardando proposta de acordo, ANFIP participa de reunião junto à Vice-Presidência do TRF1

A ANFIP, representada pelo advogado do Setor Jurídico Rodrigo Cartafina e pelos advogados do escritório Innocenti Advogados Associados, Vicente Cândido da Silva, Fernanda Figueiredo e Gabriela Valencio de Souza, participou de reunião virtual, na segunda-feira (14/12), com a juíza federal em auxílio à Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Maria Cecília de Marco Rocha, e com os Advogados da União Ana Carolina Godinho Camilo e Henanh Meireles Gouveia.

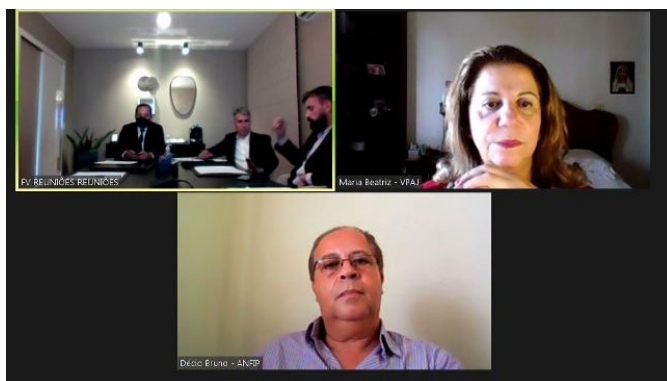
A reunião teve como objetivo o pedido de celeridade na digitalização dos Embargos à Execução da GIFA, além da migração para o sistema PJE – Processo Judicial Eletrônico,

tarefa essencial para que os Advogados da União possam realizar a análise dos processos para futura apresentação de proposta de acordo. Como os processos são físicos, a análise se encontra comprometida, tendo em vista a dificuldade de acesso ao Tribunal em decorrência da pandemia da Covid-19.

Desta forma, a juíza federal tranquilizou as partes e informou que há uma empresa terceirizada responsável pelas digitalizações e que, em breve, essa etapa será cumprida para que as negociações possam avançar.

A ANFIP aguarda a conclusão desse procedimento para, com a proposta em mãos, submetê-la à decisão individual de cada associado exequente.

## ANFIP alinha trabalhos com escritório Farág, Ferreira & Vieira Advogados



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, reuniram-se na quarta-feira (16/12) com os advogados Peterson Ferreira, Felipe Vieira, Adelson Jacinto dos Santos e Andressa Mikelle, do escritório Farág, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, para o fechamento do ano de 2020 e debaterem perspectivas para 2021. A reunião também teve a participação do advogado do Setor Jurídico da Entidade, Rodrigo Cartafina.

Sobre as ações do PASEP, o escritório informou que o Judiciário tem entendido que o pólo passivo é a União Federal, e não o Banco do Brasil. Assim, o escritório tem pedido desistência das ações ajuizadas na Justiça Comum para iniciarem os processos na Justiça Federal, foro competente da União. No momento, não há nenhuma sentença de mérito para que a Entidade possa traçar um prospecto geral dessa demanda.

Com relação às ações individuais dos anuênios, ainda não tivemos precedentes favoráveis no Juizado Especial do Distrito Federal. Assim, o escritório está pulverizando as ações em torno das Seções e Subseções Judiciárias em todo o território nacional, ajuizando a ação no domicílio do associado. Essa estratégia tem por objetivo forçar decisões de outros Tribunais, esperando que precedentes favoráveis possam formar uma jurisprudência favorável sobre o tema.

Alguns casos individuais de associados da Entidade também foram discutidos na reunião, onde o escritório entregou um relatório que detalha as diligências e os trâmites processuais desses casos.

LGPD – Sobre a LGPD, Adelson dos Santos apresentou o conteúdo de uma cartilha que servirá de consulta à Entidade, referente à legislação, aplicação das normas, atores envolvidos, agentes responsáveis para realizar os direitos e obrigações da lei. O documento traz ainda características técnicas e todos os critérios para tratamento dos dados pela instituição, incluindo a governança, que representa o trabalho interno sobre os prejuízos que a LGPD pode causar.

O próximo passo é reunir todos os atores envolvidos com a coleta e tratamento de dados e fazer o levantamento do fluxo de cada setor da ANFIP. Uma nova reunião foi agendada para o início do ano para a continuidade do trabalho.

Ao final da reunião, a Entidade agradeceu a parceria do escritório ao longo do ano, sempre prestando informações de forma célere e transparente, com os votos de que 2021 seja de muita vitória para todos.

### Expediente Linha Direta

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251-8100  
Whatsapp: (61) 98289-5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Benedito Cerqueira Seba

**EDITOR**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

**ESTAGIÁRIO**  
Marina Rodrigues

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

**CONSELHO EDITORIAL**  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Em live, Reforma Tributária Solidária é apontada como solução no combate à desigualdade social no Brasil

Em live realizada pela Agência Servidores na terça-feira (15/12), Cesar Roxo Machado, vice-presidente de Assuntos Tributários da ANFIP, juntamente com Rodrigo Spada, presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), e com o deputado federal Aliel Machado (PSB-PR), presidente da Frente Parlamentar da Reforma Tributária Solidária, debateu “As Pautas para o Congresso Nacional em 2021”, com foco nas PECs nº 45 e nº 110, cujas propostas sugerem a unificação e/ou substituição de tributos em prol da simplificação do sistema tributário brasileiro.

Em sua exposição, Cesar Roxo lamentou que, apesar da importância do tema, o mesmo venha sendo tratado com viés “mais político do que técnico”, o que interfere na qualidade do andamento dos projetos em tramitação. O vice-presidente fez questão de lembrar que atualmente o Brasil é, segundo pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), o 7º país mais desigual do mundo, tendo subido duas posições no ranking em menos de dois anos.

Segundo ele, há grandes distorções no sistema tributário brasileiro, que aprofundam as desigualdades sociais históricas e que precisam ser corrigidas urgentemente. Além disso, comparou os cenários nacional e internacional, defendendo a redistribuição da carga, devendo ser reduzida a tributação sobre o consumo e aumentada, de forma progressiva, a tributação sobre renda e patrimônio, acabando ainda com a “esdrúxula” isenção do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos.

Representando os fiscais de rendas estaduais, Rodrigo Spada relacionou os sistemas educacional e tributário, apontando-os como os dois temas mais relevantes para o futuro da nação, uma vez sendo, de acordo com ele, os melhores investimentos a curto, médio e longo prazos para o desenvolvimento. Criticou a tributação



nacional atual, caracterizando-a como regressiva, opaca e não neutra. “Precisamos trazer competitividade ao país, através de um modelo simples, neutro, isonômico e transparente”, contrapôs. E elogiou a Reforma Tributária Solidária, caracterizando-a como “progressista”, estimuladora da retomada do crescimento econômico e redutora da desigualdade, considerada o principal problema social do Brasil.

Aliel Machado (PSB-PR) parabenizou a ANFIP e as demais entidades engajadas nas discussões sobre a tributação brasileira, e julgou a dificuldade do momento como uma grande oportunidade para se discutir os verdadeiros problemas que envolvem a desigualdade no país. Segundo o deputado, poucas pessoas assimilam que as consequências dos serviços básicos mal prestados de Educação, Segurança Pública e Trabalho estão ligadas ao modelo de desigualdade que é implementado, ocorrendo em razão dos problemas orçamentários e da existência de privilégios.

Para o parlamentar, a Reforma Tributária deveria ser a primeira a ser implantada, afirmando que “só ela pode dar um diagnóstico, um raio-x da situação econômica, para depois fazer a implementação das outras reformas e equilibrar os sistemas trabalhista e previdenciário, que

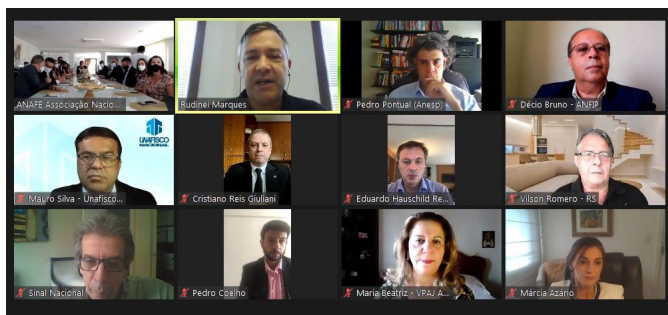
precisam ter adequações”. Segundo ele, passado um período considerável da implementação da PEC do Teto de Gastos e das reformas Trabalhista e Previdenciária, é possível avaliar que as medidas liberais “não apenas não resolveram o problema econômico do país, como também aumentaram as desigualdades e a situação difícil para as famílias mais pobres”.

Diante do cenário, como solução, o deputado sugere “mexer na ferida do problema” e ter coragem para fazer discussões sobre a taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos, e sobre o Pacto Federativo, acompanhando uma maior valorização dos municípios e mudanças em questões burocráticas do sistema tributário, que é “extremamente atrasado e em desconformidade com o momento atual que nós vivemos no mundo”. “Nós só temos uma condição de vencer: com o apoio popular, com a pressão das instituições e com debates como este, que levam essas informações até a população”, concluiu.

Na live, o deputado foi homenageado pelos presentes com o Prêmio Relevância Parlamentar 2020, simbolizando o reconhecimento por sua atuação destaque em assuntos de interesse público.

A transmissão completa pode ser assistida [AQUI](#).

## Carreiras de Estado apresentam a relator sugestões à Lei de Improbidade Administrativa



As entidades que representam as carreiras de Estado, integrantes do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), reuniram-se na quinta-feira (17/12), a convite da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais), para apresentar ao relator do Projeto de Lei 10.887/2018, deputado Carlos Zarattini (PT/SP), preocupações quanto às alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92).

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, ressaltou a “caça aos servidores”, lamentável realidade vivenciada no serviço público, e destacou que a legislação deve oferecer instrumentos eficazes de defesa do servidor. “Ninguém aqui defende desvio de conduta, mas eles devem ser tratados como exceção, e não regra”, frisou.

“Dependendo do que vier na lei, ela pode inibir ações fiscais, já que a atividade do Auditor é de legalidade estrita. Isso quer dizer que a gente deve cumprir a lei e ela se aplica a todos. Muitas vezes, dependendo da atuação de inteligência da Receita, ela pode resultar em ações que abrangem interesses de grupos econômicos e políticos”, frisou. Para o presidente, é preciso evidenciar no relatório que altera a Lei de Improbidade, normativos para que os servidores, em especial os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, possam exercer as atribuições estabelecidas em lei, independentemente de quem atinja no exercício de sua função.

As entidades expuseram ainda outras preocupações, especialmente em decorrência do rolo compressor da Reforma Administrativa (PEC 32/20), que traz aspectos regressivos para a administração pública. As carreiras típicas buscam o diálogo a fim de continuar atuando em defesa do interesse público e de propor sugestões pensando na modernização e evolução da ordem jurídica.

O deputado Carlos Zarattini descreveu como foi o início

da formatação do seu relatório, resultado de um trabalho feito por uma comissão de juristas indicados para atualizar a Lei de Improbidade Administrativa que, na opinião do parlamentar, vem de uma visão excessivamente punitiva, com regras que permitem uma série de ações que não são relativas à improbidade, como é o caso do artigo 11 (Lei 8.429/92), que por ser amplo, permite a abertura de Ações Cíveis Públicas pelos mais diversos motivos.

As mudanças propostas, segundo o parlamentar, focam na improbidade, que é causar danos ao patrimônio e enriquecer ilícitamente. “As demais questões têm que ser tratadas como irregularidade, em outros tipos de ação. De modo que se corrija o comportamento errado, mas não o trate como improbidade”, afirmou.

Conforme explicou Zarattini, a Lei de Improbidade Administrativa prevê a suspensão de direitos políticos, afastamento do servidor, perda do cargo, que são decisões que alteram a vida das pessoas. Porém, para ele, é necessário comprovação desses fatos. “Às vezes se abrem ações com denúncias de jornal. A gente sabe como as coisas funcionam, ainda mais na imprensa local, que muitas vezes é um braço político. A lei tem que ter clareza e de fato punir quem tem que ser punido. O objetivo do projeto é esse: garantir punição rigorosa aos casos de enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público. A gente tem que focar”, afirmou, complementando ainda que, da forma como está, a Lei dá margem para disputa política travestida de ação de improbidade.

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, solicitou às entidades que enviem o mais rapidamente possível ao Fórum todas as sugestões de aperfeiçoamento do projeto de lei. O material será compilado e entregue ao deputado Carlos Zarattini. Marques citou ainda a Nota Técnica produzida pela Controladoria Geral da União com várias sugestões, às quais o Fórum reitera (confira [AQUI](#) o documento).

Pela ANFIP, participaram ainda a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina que, na ocasião, relatou a preocupação da Entidade com a cassação de aposentadoria decorrente de processo administrativo disciplinar referente a fatos ocorridos vários anos antes da concessão do benefício, fato que merece um debate mais apurado, já que, muitas vezes, limita a chance de defesa do servidor.

### ESTADUAL

## Agafisp: Sócios da capital e interior participam da festa natalina on-line

Em iniciativa inédita, dentro do projeto AGAFISP MAIS PERTO DE VOCÊ, a Associação reuniu, na terça-feira (15/12), através da plataforma Zoom Meetings, dezenas de associados da capital e de fora dela, na Confraternização de Natal, sob a coordenação da diretora Cultural Social

e Esportiva, Elisabete Dos Santos Diniz, e da Comissão organizadora do evento.

Diversas brincadeiras, como o Amigo Secreto Virtual, sorteio de muitos brindes e mensagens emocionadas integraram a programação do evento.

## Conselheiros realizam última reunião de 2020



Na segunda-feira (14/12), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, deu início à reunião ordinária do Conselho Executivo, última a ser realizada este ano, na qual cada vice-presidente, representando sua respectiva área, abordou o panorama geral e levantou as últimas informações para o balanço de atividades anual da Entidade, agora do ano de 2020.

Foram debatidas, virtualmente, pautas específicas e gerais, como o alinhamento dos últimos detalhes para a Live de Confraternização de Natal da ANFIP; a aprovação da Comissão Julgadora

do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias; a participação em futuros eventos e projetos do governo federal e de organizações parceiras; a atualização e procedência acerca dos processos jurídicos em andamento; e a concretização dos projetos idealizados ao longo do ano, como a ANFIP Digital e o Guia Prático aos Associados, que disponibilizarão conteúdo exclusivo aos filiados da Entidade.

No término da reunião, ocorrido na quarta-feira (16/12), foram ajustadas as últimas atividades do ano e estabelecidas as estratégias e o calendário de atuação para 2021.

## Congresso em Foco lança prêmio em debate sobre Reforma Administrativa

O Brasil precisa entregar à sociedade um serviço público de melhor qualidade? Se sim, como fazer isso? Este foi o ponto central do webinar sobre Reforma Administrativa promovido na terça-feira (15/12) pelo Congresso em Foco. Durante o evento, foram divulgadas as primeiras informações sobre a edição de 2021 do Prêmio Congresso em Foco.

Participaram da discussão a economista Zeina Latif, a professora Gabriela Lotta, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, deputado Professor Israel Batista (PV-SP).

O fim da estabilidade do servidor foi o ponto de maior divergência entre os participantes, reflexo da polêmica também instalada dentro do Congresso em torno da proposta de reforma enviada pelo governo à Câmara. O webinar foi mediado pelo jornalista Sylvio Costa, fundador do Congresso em Foco.

Para Professor Israel, a estabilidade é um ponto “inegociável”; para Zeina, ela representa um desestímulo ao serviço público. Na visão de Gabriela, a PEC do governo trata o assunto como um “cheque em branco”, por não definir quais categorias continuarão com a garantia.

**Prêmio 2021** – O Prêmio Congresso em Foco será realizado pela 14ª vez, uma vez mais com a intenção de propagar a mensagem de valorização do Poder Legislativo e da democracia por meio da escolha – por um júri especializado, pelos jornalistas e pelo público que vota na internet – dos congressistas mais bem avaliados do país. Na ocasião, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, em mensagem gravada, falou da importância de destacar os parlamentares que atuaram em prol da sociedade. A ANFIP, juntamente com outras entidades, é apoiadora do prêmio.

Com informações do Congresso em Foco. Confira [AQUI](#) a íntegra do debate.

## BENEFÍCIOS

### Faça aportes na Jusprev e deduza no IR 2021!

Os aportes são contribuições extras esporádicas que aumentam o saldo previdenciário, auxiliam nas deduções do Imposto de Renda e ainda possuem rentabilidade ao longo do tempo, gerando ainda mais tranquilidade para o futuro financeiro almejado.

Pensando nisso, a Jusprev lançou uma campanha de fim de ano imperdível para os associados da ANFIP que possuem o plano de previdência associativo específico das carreiras da magistratura e dos Auditores Fiscais (Planjus). Ao aderir, você garante até 12% de dedução no Imposto de Renda de 2021, concorrendo ainda a um moderníssimo dispositivo Amazon Kindle, para turbinar suas leituras quando quiser e onde você estiver!

Garanta agora mesmo sua contribuição: acesse o [Portal Meu Futuro](#) e imprima um boleto com o valor desejado. Simples e rápido! Lembrando que a data limite para fazer o procedimento termina em apenas 10 dias (28/12). Além disso, o resultado do sorteio já estará disponível no dia 30/12, podendo ser acessado através do link enviado por e-mail a todos os participantes.

Aproveite e tire todas as suas dúvidas! Entre em contato com a consultora especialista da ANFIP, Zuleide Miranda, pelo e-mail [zuleide@anfip.org.br](mailto:zuleide@anfip.org.br); ou acione um consultor Jusprev, pelo e-mail [consultoria@jusprev.org.br](mailto:consultoria@jusprev.org.br). Em caso de dúvidas, a Central de Relacionamento está à disposição, através do telefone (41) 99512-8377 ou do e-mail [relacionamento@jusprev.org.br](mailto:relacionamento@jusprev.org.br).

### Compre brinquedos neste Natal sem sair de casa

Já comprou os presentes das crianças para este Natal? Se ainda não fechou a sua lista, acesse a plataforma de benefícios ANFIP tem + Vantagens e confira os descontos incríveis em lojas de brinquedos. CiaToy, Estrela, Grow e Vem brincar com a gente com condições especiais para compras pelo clube de vantagens. [Acesse](#) e aproveite!

## ANFIP Solidária: Faça sua doação incentivada e deduza no IRPF 2021



Você quer fazer uma boa ação ainda este ano? A ANFIP tem uma importante dica. Até o dia **31 de dezembro**, você pode fazer isso por meio de **doações incentivadas**, que são feitas a fundos e projetos previamente aprovados pelo Poder Público. Isso quer dizer que você pode fazer doações para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos dos Idosos, até o **limite de 6%**, e deduzir na declaração do Imposto de Renda de 2021.

Ao fazer doações incentivadas e lançá-las na declaração, você garante que parte do imposto de renda que você pagou seja destinado ao programa social beneficiado. Podem

efetuar destinações incentivadas tanto as pessoas físicas que têm imposto a pagar como aquelas que têm direito à restituição. O valor doado, portanto, retorna para você na restituição ou é abatido do valor de imposto a pagar, se houver. Isso significa que, para aproveitar a dedução já na declaração de imposto de renda 2021, no modelo completo, você precisa fazer uma doação incentivada agora.

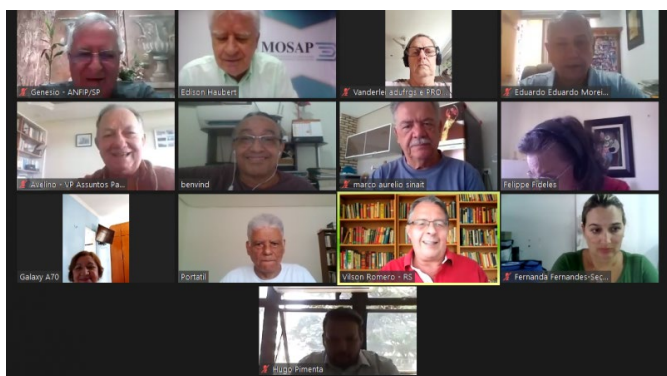
### Como aproveitar a dedução

O contribuinte precisa, ao preencher a declaração nos meses de março e abril, informar no campo “doações efetuadas”, que realizou a doação ao longo do ano fiscal (6%), e deve apontar para qual Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente fez a doação, indicando o valor total e o CNPJ.

Ao proceder dessa forma, a Receita Federal fará a restituição integral, dentro do limite de 1% (pessoa jurídica) e 6% (pessoa física). Ou seja, caso você doe ainda em 2020, você deverá informar a quantia na hora de preencher a declaração de imposto de renda 2021.

Doe solidariedade! Ainda dá tempo!

## ANFIP e Mosap planejam estratégias de atuação para 2021



A ANFIP, representada pelos vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), reuniu-se na quinta-feira (17/12) com o presidente do Movimento Nacional

dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Haubert, e com as demais entidades integrantes, em última videoconferência de 2020.

Durante o encontro virtual, foi realizada a retrospectiva do ano, com o balanço de atividades e o panorama geral de atuação; além das projeções para 2021, com as expectativas e um novo plano de ação, considerando, também, o período pós-vacina.

Em conjunto, foram planejadas as estratégias e estabelecidas novas metas de justiça fiscal em defesa dos servidores aposentados e pensionistas brasileiros. A reunião contou, ainda, com a presença do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, e do presidente da Estadual em São Paulo, Genésio Denardi, que fizeram questão de deixar seus agradecimentos e felicitações de fim de ano.

## ANFIP e MCCE promovem reunião de encerramento de 2020

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou, juntamente com as demais entidades parceiras, da última reunião do ano convocada e coordenada pelos diretores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Luciano Caparroz Santos e Melilo Dinis do Nascimento.

Em pauta, estiveram o programa Democracia Digital, bem como outros projetos ativos do MCCE; o fortalecimento da rede por meio da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil; os recentes ataques à Lei da Ficha Limpa; a criação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração de propostas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, que serão encaminhadas à Comissão de Juristas da Câmara; além de uma avaliação geral sobre as Eleições Municipais 2020.

Durante a videoconferência, Vilson Romero apontou,

ainda, tópicos relevantes a serem revisados acerca do processo eleitoral nacional, ocorrido entre 15 e 29 de novembro de 2020. Entre os levantamentos feitos pelo assessor, pode-se citar a problemática envolvendo a centralização na apuração dos votos; a tardia substituição das urnas; problemas de segurança no sistema, recentemente invadido por hackers; a fiscalização de doações; e a necessidade de verificação de candidaturas irregulares ou “fantasmas”.

Atendendo à solicitação, e compreendendo a necessidade de justiça e transparência, foi formado um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um documento oficial com o panorama geral das Eleições 2020, incluindo análise de caso e perspectivas para os próximos eventos.

A primeira reunião do Conselho está prevista para janeiro de 2021.